



Índice

- 01** [Dilma recebe lideranças indígenas e estabelece mesa de negociação permanente](#)
- 02** [Índios interditam Ferrovia Carajás novamente em protesto pelas condições de atendimento à saúde](#)
- 03** [Comissão diz que áreas indígenas merecem solução imediata](#)
- 04** [Governo irá criar "mesa permanente" de diálogo com os povos indígenas](#)
- 05** [Em protesto, índios abrem cancelas de praça de pedágio em Jataizinho](#)
- 06** [Comissão de Agricultura aprova regulamentação de demarcação de terras indígenas](#)
- 07** [Dilma diz que não irá recuar sobre mudança em demarcações de terras indígenas](#)
- 08** [Nove áreas indígenas em MS requerem solução imediata](#)
- 09** [Governo de Mato Grosso vai à Justiça contra demarcações indígenas](#)
- 10** [PROERD inicia aulas em Escola Indígena de Salto do Jacuí no mês de agosto](#)



Dilma recebe lideranças indígenas e estabelece mesa de negociação permanente

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 10.07.2013

A presidenta Dilma Rousseff recebeu, nesta quarta-feira (10), no Palácio do Planalto, 27 lideranças dos povos indígenas.



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

No encontro, ficou acertada a criação de uma mesa de negociação permanente para debater e aperfeiçoar as políticas públicas para essas populações. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a reunião foi extremamente produtiva e que a indicação da presidenta é de que os índios sejam sempre ouvidos.

“Essa mesa, segundo o acertado, se reunirá no começo de agosto, justamente para que nós possamos aprofundar as questões e identificarmos onde existem as convergências e onde podem ser obtidas. Exatamente na linha de nós buscarmos aperfeiçoar as políticas que nós temos em relação aos povos indígenas. (...) Eu acredito que foi uma reunião que o governo pode ouvir, e que os representantes dos povos indígenas puderam se manifestar, e houve, lado a lado, um desejo muito significativo de que esse diálogo continue de forma permanente”, explicou Cardozo.

Índios interditam Ferrovia Carajás novamente em protesto pelas condições de atendimento à saúde
SÍTIO EBC, 10.07.2013



Brasília – Índios de diversas etnias bloquearam novamente, na noite passada, a Estrada de Ferro Carajás, em protesto pelas condições do atendimento à saúde indígena no Maranhão. O bloqueio ocorre em trecho próximo à Aldeia Maçaranduba, no município de Alto Alegre do Pindaré, a cerca de 300 quilômetros da capital, São Luís. A mobilização reúne cerca de 200 índios das etnias Krenjê, Tenetehara, Awá-Guajá, Apãniekra, Ramkokramekra, Gavião e Krikati.

Para os índios, a ocupação da ferrovia é a única forma de obter uma resposta do Poder Público. Esta é a [segunda vez](#), em menos de uma semana, que os índios bloqueiam a ferrovia. Eles alegam que o governo federal ainda não atendeu suas reivindicações de melhorias na área de saúde.

As más condições de saúde levaram os índios, no último dia 24, a ocupar a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em São Luís, onde permaneceram durante dez dias. Entre as reivindicações, está a substituição dos coordenadores do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), Licínio Brites Carmona e Antônio Isídio da Silva, sob o argumento de que eles não levam em consideração as demandas dos líderes indígenas. Na última quinta-feira (4), os índios ocuparam a ferrovia, desocupada sábado (6), após acordo entre os líderes do movimento e representantes da Justiça, do Ministério Público Federal (MPF) e da Vale.

De acordo com a cacique da Aldeia Maçaranduba, Marcilene Guajajara, a Vale comprometeu-se a fazer a interlocução com o governo a respeito do pleito dos índios. O prazo para uma resposta, "positiva ou negativa", terminou ontem. "Nós já recorremos ao promotor, à Justiça, a tudo quanto foi gente, e eles só falam em reunião e nada de resolver a nossa situação. Sabermos que a Vale é um empresa muito grande, e que o governo escuta o que eles pedem", disse Marcilene à **Agência Brasil**.

CONT.



Marcilente informou que os índios vão manter o bloqueio enquanto esperam um retorno do governo federal. "A gente pretende continuar com o bloqueio enquanto não houver negociação. Enquanto não vier uma pessoa para resolver o nosso problema, vamos ficar aqui. Nos dez dias em que estávamos em São Luís, seis índios morreram nas aldeias. Me diz se não é uma situação revoltante?", reclamou.

A Assessoria de Comunicação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), à qual o Dsei é subordinado, informou à **Agência Brasil** que o coordenador do distrito, Licínio Carmona, aguardará a realização de uma audiência pública, no dia 31, com participação da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal no Maranhão para debater a situação da saúde indígena no Maranhão.

Em nota, a Vale, proprietária da ferrovia bloqueada, diz que a manifestação não é direcionada à empresa. Segundo a empresa, os "indígenas reclamam que, até o momento, o Poder Público não atendeu a nenhuma de suas reivindicações por melhorias nas condições de saúde e educação". A nota da Vale destaca que não há, nesta quarta-feira, viagem no trem de passageiros e que este serviço não poderá ser prestado às comunidades enquanto a ferrovia permanecer interditada.

O texto diz ainda que a Vale já conseguiu, na Justiça Federal, decisão favorável à reintegração de posse.

Edição: Nádia Franco

Comissão diz que áreas indígenas merecem solução imediata

SÍTIO EXAME.COM, 10.07.2013

Segundo comissão no âmbito da CNJ, áreas demandam solução imediata do Poder Público para que sejam evitados novos conflitos índios e proprietários no MS



Índio protestando em frente ao Congresso Nacional: comissão buscava estudar soluções para os conflitos de terras no estado

Brasília - Nove áreas demarcadas ou em processo de demarcação em Mato Grosso do Sul estão em situação crítica e demandam uma solução imediata do Poder Público para que sejam evitados novos conflitos índios e proprietários rurais. A conclusão é resultado de uma análise da comissão formada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de estudar soluções para os conflitos de terras no estado. O material foi apresentado hoje (10) durante reunião para debater a questão fundiária na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), em Campo Grande.

Foram analisadas cada uma das 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação no estado. As áreas foram divididas em três grupos e receberam, cada qual, uma classificação, levando-se em conta a gravidade da situação e o potencial de conflitos caso não seja encontrada uma solução rápida para as disputas entre os índios e fazendeiros.

Entre as áreas que estão nesta situação é a da Fazenda Buriti, onde uma tentativa de reintegração de posse resultou na morte do índio terena Oziel Gabriel, em 30 de maio deste ano. Em outro conflito, o índio Josiel Gabriel foi atingido com um tiro que o deixou paraplégico. Em razão do acirramento dos confrontos, a Força Nacional de Segurança foi destacada para atuar na região.

CONT.



Além da Fazenda Buriti, existem mais oito áreas consideradas críticas e que, de acordo com a comissão, precisam de uma solução imediata: as terras indígenas Cachoeirinha e Taunay-Ypegue (reivindicadas pela etnia Terena) e Arroio Korá, Ñderu Marangatu, Panambi, Potrero Guaçu, Taquara e Tekoha Ypo'y (reclamadas pelos guaranis).

Um segundo grupo reúne as áreas em que a situação é séria, mas há menor probabilidade de conflitos no curto prazo. O terceiro grupo refere-se a áreas em que a situação é mais tranquila e é possível buscar soluções de forma menos urgente.

A comissão discutiu também as sugestões que serão feitas para solucionar os conflitos em cada uma das 53 áreas mapeadas. No caso da Fazenda Buriti, o grupo poderá sugerir que seja feita uma transação entre as partes dentro do processo em curso na Justiça ou, caso não seja alcançado, que haja uma desapropriação por interesse social.

As sugestões farão parte do relatório final que está sendo elaborado pela comissão e que será entregue ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa. Uma última reunião do grupo está prevista para 24 de julho, quando deve ser fechado o documento.

Em junho, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo disse que o governo estuda a possibilidade de usar terras confiscadas do tráfico para indenizar fazendeiros com propriedades em áreas indígenas demarcadas. o governo também cogita a possibilidade de usar recursos do Tesouro Nacional para a compra e indenização dos agricultores. Cardozo também declarou que a questão é complexa e que a regulamentação ou criação de terras indígenas no país é assunto de Estado e não depende de uma única instância de poder.

Integram o grupo membros do TJMS, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, além de líderes indígenas, representantes dos produtores rurais e estudiosos da questão indígena no estado.



Governo irá criar "mesa permanente" de diálogo com os povos indígenas

SÍTIO BOL, 10.07.2013

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta quarta-feira a criação de uma "mesa permanente" de diálogo com os povos indígenas, após reunião com 27 líderes de tribos de todo o país.

As reuniões começarão a acontecer no início de agosto, contando com representantes indígenas e do governo, com objetivo de "aperfeiçoar" as políticas públicas voltadas para os índios, segundo explicou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Anteriormente, foi apresentada a Dilma uma lista de reivindicações, com exigência do anúncio pelo governo de que compromissos e metas para atender os índios seriam firmados.

Entre as demandas indígenas estão a rejeição na legislação que regula a criação de novas terras protegidas, mais investimentos em saúde e educação, contenção do desmatamento, preservação das florestas e biodiversidade, o que inclui o impedimento de grandes hidrelétricas na Amazônia.

O ministro da Justiça não falou sobre as reivindicações concretas dos índios, mas garantiu que estas serão ouvidas pela presidente, com o diálogo seguindo de "forma permanente".



Em protesto, índios abrem cancelas de praça de pedágio em Jataizinho

SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 10.07.2013

Aproximadamente 50 índios abriram as cancelas da praça de pedágio de Jataizinho, no Norte do Paraná, na manhã desta quarta-feira (10). O protesto teve início por volta das 9 horas e, desde então, os motoristas que trafegam pela rodovia BR-369 têm passagem liberada pela praça, administrada pela Econorte.

Por meio da assessoria de imprensa, a Econorte confirmou que representantes da empresa chegaram à praça de Jataizinho por volta das 11 horas. Apesar de os manifestantes portarem arcos e flechas, não houve registro de depredações.

A assessoria da Econorte confirmou que os índios protestavam contra uma reintegração de posse, feita recentemente, em um terreno indígena. A manifestação não teria relação com o pedágio.



Comissão de Agricultura aprova regulamentação de demarcação de terras indígenas
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 10.07.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou hoje proposta que define as regras para a demarcação de terras indígenas nos casos em que forem ocupadas por atividades de "relevante interesse público da União".

De acordo com o projeto, os interesses da Política de Defesa Nacional devem ficar acima do uso das terras indígenas. "O interesse público se sobrepõe ao interesse particular, o que equivale a dizer que os interesses individuais, de grupos de pessoas e, no caso, de grupos étnicos, não se sobrepõem ao interesse do País", afirmou Mendes.

A proposta também permite o trânsito de veículos em terras indígenas e veda a cobrança de tarifas para essa passagem. Também fica garantido o trânsito livre de membros das forças armadas, da Polícia Federal, Poder Legislativo, além de servidores de órgãos ligados à saúde e educação de indígenas.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), ao Projeto de Lei Complementar 227/12, do deputado Homero Pereira (PSD-MT). Segundo o relator, muitos conflitos rurais entre índios e não-índios poderiam ser evitados com a regulamentação do texto da Constituição. "O projeto não tem como propósito criar obstáculos à demarcação das terras indígenas. Visa, tão somente, ao cumprimento de disposição constitucional", disse Mendes.

Relevante interesse público

Pela proposta, são considerados de relevante interesse público da União:

- os atos de ocupação, domínio e posse de áreas ocupadas por não-indígenas até 5 de outubro de 1988, desde que realizados de maneira pacífica, ou resultados de alienação ou concessão de direito de uso feita pelo Poder Público;
- os assentamentos rurais realizados pelo Poder Público, em programas de reforma agrária e colonização;
- a exploração e aproveitamento de jazidas minerais;
- o aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- o uso e ocupação de terras públicas destinadas à construção de oleodutos, gasodutos, estradas rodoviárias e ferroviárias, portos fluviais e marítimos, aeroportos e linhas de transmissão;

CONT.



-
- as concessões e alienações de terras públicas localizadas na faixa de fronteiras;
 - as ocupações de terras públicas na faixa de fronteiras resultantes das formações de núcleos populacionais, vilarejos e agrupamentos urbanos; e
 - os campos de treinamento militar e as áreas destinadas às instalações policiais e militares, das forças armadas e de outros órgãos de segurança.

O texto original previa como bens de relevante interesse público as terras de fronteira; as vias federais de comunicação; as áreas antrópicas produtivas que atendam a função social da terra; os perímetros rurais e urbanos dos municípios; as lavras e portos em atividade; e as terras ocupadas pelos índios desde 5 de outubro de 1988.

Regras de demarcação

O projeto original também definia as regras para o processo de demarcação, como a criação de um grupo de trabalho com servidores de diferentes órgãos do Executivo federal, estadual e municipal, além dos grupos indígenas afetados para definir a área e dos proprietários rurais envolvidos para elaborar um relatório. Atualmente, o laudo é elaborado por antropólogo da Fundação Nacional do Índio (Funai). A decisão final de demarcação de terras indígenas ficaria com o Ministério da Justiça e não com a Funai como é atualmente.

O substitutivo aprovado na comissão não estabelece novas regras para esse trâmite dos processos de demarcação, mantendo, portanto, a soberania da Funai.

Tramitação

A proposta tramita em regime de prioridade e deverá ser analisada ainda pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara Notícias



Dilma diz que não irá recuar sobre mudança em demarcações de terras indígenas
SÍTIO VERDES MARES, 10.07.2013

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) negou nesta quarta-feira (10) que o governo irá voltar atrás e mudar novamente o regime de demarcação de terras indígenas para fortalecer a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Por determinação da presidente Dilma Rousseff, a forma de delimitação das áreas agora deverá ter a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura e da Embrapa.

O governo prepara um portaria que regulamentará a participação de outros órgãos no processo, hoje comandado pela Funai. O governo nega que o órgão indigenista perderá o protagonismo, como querem os ruralistas.

"Houve um pedido de governadores para que ouvíssemos órgãos para subsidiar o processo de demarcação. O que existe é uma decisão de ouvir esses órgãos para dar mais subsídios à Funai na demarcação. Temos tido muita judicialização da demarcação, o que faz com que vários processos se arrastem por décadas, aumentando a tensão e aumentando o conflito", disse Cardozo.

A presidente se reuniu com os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), Tereza Campello (Desenvolvimento Social), Alexandre Padilha (Saúde) e o próprio Cardozo, além de mais de 20 lideranças indígenas, no Palácio do Planalto.

Presidente recebe pela primeira vez representantes dos índios

É a primeira vez que a presidente recebe no Planalto representantes dos índios. A pauta é em reação às recentes manifestações populares pelo país. A abertura ao diálogo, porém, não evitou que presentes na reunião criticassem a condução do caso pelo governo.

"Reconhecemos que este é um momento histórico para os povos indígenas, porque desde o início do governo vínhamos tentando essa agenda, mas só agora fomos recebidos", disse uma das representantes, Sônia Guajajara.

"Somos contrários ao decreto à mudança do decreto 1.775, marco regulatório da demarcação, mas ela disse que infelizmente vai ter que ter um aprimoramento dos procedimentos. A gente falou da questão da Funai, que a gente não concorda com o esvaziamento das funções, do papel institucional a gente quer uma Funai forte capaz de cumprir o seu papel, ela disse que não vai esvaziar o órgão, mas reafirmou que os procedimentos precisam ser rediscutidos", completou.

O governo vem sendo criticado por ceder aos interesses dos representantes dos fazendeiros --responsáveis por algumas das maiores derrotas da presidente Dilma Rousseff no Congresso.



Nove áreas indígenas em MS requerem solução imediata

SÍTIO CNJ, 10.07.2013

Análise feita pela Comissão formada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de estudar soluções para o conflito entre índios e proprietários rurais no Mato Grosso do Sul, que se reuniu nesta terça-feira (9/7), concluiu que nove áreas demarcadas ou em processo de demarcação no estado estão em situação crítica e exigem solução imediata do poder público para que sejam evitados novos conflitos.

Uma das áreas nessa situação é a da fazenda Buriti, onde uma tentativa de reintegração de posse resultou na morte de um índio de 36 anos em 30 de maio deste ano. A fazenda está ocupada desde 15 de maio. A Comissão reuniu-se novamente nesta terça-feira na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS), em Campo Grande/MS, e analisou a situação de cada uma das 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação no estado.

As áreas foram divididas em três grupos e receberam, cada qual, uma classificação, levando-se em conta a gravidade da situação e o potencial de conflitos, caso não seja encontrada solução rápida para as disputas entre índios e proprietários rurais.

Reivindicações – Além da fazenda Buriti, há outras oito áreas consideradas "críticas" e que requerem solução imediata: as terras indígenas Cachoeirinha e Taunay-Ypegue (reivindicadas pelo povo terena) e Arroio Korá, Ñderu Marangatu, Panambi, Potrero Guaçu, Taquara e Tekoha Ypo'y (reclamadas pelos índios guarani).

Um segundo grupo reúne as áreas em que a situação é séria, mas há menor probabilidade de conflitos no curto prazo. O terceiro grupo refere-se a áreas em que a situação é mais tranquila e é possível buscar soluções de forma menos urgente.

Na reunião desta terça-feira (9/7), a Comissão discutiu também as sugestões que serão feitas para solucionar os conflitos em cada uma das 53 áreas mapeadas. De acordo com integrantes da Comissão, no caso da fazenda Buriti, o grupo deve sugerir que seja feita uma transação entre as partes dentro do processo em curso na Justiça ou, caso isso não seja alcançado, que haja desapropriação por interesse social.

As sugestões para cada um dos conflitos e sua fundamentação jurídica farão parte do relatório final que está sendo elaborado pela Comissão e que será entregue ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa. Uma última reunião do grupo está prevista para 24 de julho, quando deve ser fechado o documento.

Composição – Instituída pelas Portarias n. 53/2013 e n. 71/2013, a Comissão é formada por membros do TJMS, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2013

Brasília, 11 de julho de 2013.

Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, além de líderes indígenas, representantes dos produtores rurais e estudiosos da questão indígena no estado. Também participa das reuniões o coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte.

Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias



Governo de Mato Grosso vai à Justiça contra demarcações indígenas

SÍTIO AGRODEBATE, 10.07.2013

Joana Dantas
Da Assessoria

O Governo de Mato Grosso tenta evitar que mais de 350 famílias rurais percam terras e a produção em razão do decreto presidencial, que homologou a ampliação na área indígena Kayabi em cerca de 1,053 milhão de hectares ou 729% maior que a existente. A medida atingiu o município mato-grossense Apiacás (1.010 km distante de Cuiabá) e o paraense Jacareacanga.

Nesta terça-feira (09), o governador Silval Barbosa, a bancada federal, e entidades rurais como Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, sindicatos e associações se reuniram com o ministro da Justiça Eduardo Cardozo, para garantir que, da área demarcada, pelo menos 171 mil hectares com produção agrícola sejam preservados às famílias rurais, bem como os 300 mil de hectares destinados à compensação ambiental.

“Viemos pedir socorro. Essa homologação é mais um constrangimento ao pacto federativo. Precisamos encontrar solução para reduzir os conflitos no Estado. Está se criando uma instabilidade social grande na região. A toda hora precisamos mobilizar nossa força policial para controlar a tensão nas áreas demarcadas ou em vias de se efetivar”, disse o governador.

Segundo o governador, essa demarcação é irregular, pois a decisão foi baseada em um laudo antropológico contestado em razão de várias irregularidades.

O ministro Cardozo prometeu convocar reunião com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público da União (MPU) e tentar uma via conciliatória. Ele solicitou do governador e entidades a formalização de uma proposta viável para iniciar uma negociação com o MPU.

De acordo com ele, um caminho é o entendimento, o diálogo. O outro, concluiu ele, é ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com os instrumentos judiciais cabíveis.

Outra solução para o conflito indígena no Brasil será dada pelo Congresso Nacional com o Projeto de Lei Complementar (PLP) de nº 227/2012, autoria do deputado Homero Pereira (PSD-MT). Dentre outras inovações na legislação está alteração profunda no procedimento atual de demarcação e a previsão de indenização aos proprietários afetados pela medida da Administração.

O PLP, que tramita na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr), deverá receber o status de urgência e ser remetido à apreciação do plenário em breve. Os parlamentares apreciarão o requerimento amanhã (10.07).

Histórico

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2013

Brasília, 11 de julho de 2013.

A área demarcada é destinada a posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. A terra indígena está localizada na confluência do Igarapé das Pedras com o rio São Manoel/Teles Pires.

O território foi criado em 1968. Em 1974 foi demarcado com 47 mil hectares e, em 1987, foi remarcado aumentando para 127 mil hectares. Em 1999, um estudo da Funai indicou a necessidade da ampliação da área indígena na região.

Atualmente, o estado de Mato Grosso é o segundo em número de índios do país. São 47 etnias em 78 terras indígenas, que estão em diferentes fases de regularização. Até o momento, o estado possui 11,2 milhões de hectares regularizadas, onde estão 57 terras indígenas localizadas em 46 municípios. São mais de 24 mil indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 121 / 2013

Brasília, 11 de julho de 2013.

PROERD inicia aulas em Escola Indígena de Salto do Jacuí no mês de agosto

SÍTIO CRUZALTA ONLINE, 10.07.2013

Na tarde desta terça-feira, dia 09 de julho, o Soldado Bonucielli, instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) Salto do Jacuí realizou um encontro com a diretora da Escola Estadual Indígena João Karaí Oliveira, onde participou também o cacique José Fernandes.

O assunto foram as aulas do PROERD que serão iniciadas no mês de agosto naquela escola. Também nesse mesmo mês serão iniciadas as aulas para os índios Kaigangues e escola especial.